

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –  
Orçamento 2016 - 4ª Revisão de Receita**

**I – Metas de Arrecadação 2016 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro**

A presente nota tem o objetivo de reestimar as Receitas do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro em relação à 3ª Revisão de Receita, Nota Técnica Nº 1.3, de 18 de julho de 2016.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro aqui apresentada totaliza R\$ 57,4 bilhões. A diferença de R\$ 3,7 bilhões a menor em relação à 3ª Revisão tem origem na expectativa de frustração de Receitas Tributárias no valor de R\$ 1,4 bilhões, além de R\$ 2 bilhões de Receitas não Recorrentes sem possibilidade de realização até esta data.

As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados ao longo desta Nota.

**II – Cenário Econômico**

A atividade econômica nacional tem apresentado os primeiros sinais de recuperação. Na mesma linha, o cenário político parece menos conturbado que outrora. Contudo, ainda, é cedo para afirmar que de agora em diante teremos um crescimento sustentado.

Diversas reformas econômicas estão na pauta do Congresso, a saber: fiscal, previdenciária e trabalhista. Estas, indubitavelmente, necessitam de breve aprovação para produzir os efeitos desejados sobre o resultado das contas públicas e da confiança do mercado na retomada do crescimento econômico.

Por outro lado, o governo tem apresentado, até então, uma efetividade relativa nas iniciativas de redução de gastos públicos. Espera-se, entretanto, que ultrapassado os

óbices políticos, seja reduzida ainda mais a incerteza e os investimentos sejam retomados.

Neste diapasão, recente relatório do Boletim Focus, datado de cinco de agosto de 2016, indica decréscimo do PIB da ordem de -3,23% para este ano, a despeito do resultado negativo, o resultado demonstra reversão da trajetória das expectativas de maneira mais consistente.

Não obstante, a recuperação da confiança na retomada do crescimento econômico, o Governo deve sinalizar de maneira mais contundente que está imbuído de maneira inequívoca para o equacionamento dos resultados das contas públicas. Um novo ciclo de desenvolvimento continua a depender da reversão da trajetória da dívida e da melhora do ambiente de negócios.

No que tange aos aspectos internacionais, a desaceleração da China tem provocado instabilidade financeira com repercussões nos mercados emergentes, sobretudo no Brasil. A Europa tem apresentado resultados econômicos pouco consistentes, potencializado pela elevação do nível de incerteza gerado com o encaminhamento da saída do Reino Unido da União Europeia, por meio de plebiscito.

Apesar da conjuntura internacional desfavorável, a redução do nível de incerteza no país tem ensejado forte valorização do real frente ao dólar, nos últimos meses. Segundo boletim Focus datado de cinco de agosto de 2016 espera-se um câmbio médio de 3,46 R\$/US\$ para este ano.

Com relação à balança comercial, a alteração de patamar do câmbio de 2015 para 2016 propiciou a melhora dos indicadores. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a julho de 2016, saldo acumulado de + US\$ 28,230 bilhões ante + US\$ 4,615 bilhões, no ano anterior. Da mesma forma, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a julho de 2016 + US\$ 1,855 bilhão contra um déficit de US\$ 94 milhões no mesmo período do ano anterior.



Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a julho de 2016 de 4,96% contra 6,83% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (05/08/2016) prevê que o índice feche o ano de 2016 em 7,20%, mais uma vez acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento e no período compreendido entre janeiro e julho de 2016 acumulou 4,99%, ante 6,7% em 2015.

A indústria brasileira tem demonstrado sinais de recuperação, entretanto, os resultados no acumulado do ano continuam no campo negativo e indicam que a recuperação efetiva do setor ainda demandará tempo. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a junho de 2016 registrou uma variação percentual acumulada negativa de 9,1%. Enquanto, no ERJ a queda foi de -8,3%.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da expectativa de retração da demanda interna e externa, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (05/08/16), deve fechar o ano de 2016 com uma queda de 6,00%. Segundo o mesmo relatório, espera-se uma recuperação apenas em 2017, com crescimento previsto de 0,5%.

Neste contexto, a emblemática fabricação de veículos automotores continua a demonstrar a desestruturação da indústria nacional. Contudo, na mesma linha da produção da indústria em geral, já indica alguma recuperação, ainda que de maneira sutil. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e junho de 2016 de -21,2%, o ERJ, por sua vez, apresentou desempenho semelhante, com retração de 17,2%.

O comércio varejista tem mantido variações negativas no volume de vendas. No acumulado do ano (janeiro a junho de 2016) o país apresentou redução percentual de 7%. A mesma variação para o ERJ acumula queda ainda maior, -8,7%. O impacto desse movimento pode ser notado na redução drástica dos postos de trabalho neste setor, intensivo em mão-de-obra.



Diante deste cenário, o mercado de trabalho para o ERJ tem indicado persistente aumento do desemprego. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de junho de 2016 indicam variação mensal de - 0,43%, fruto da retração de 15.748 vagas. No ano o saldo está negativo em 104.818 postos de trabalho, um decréscimo de 2,81%, com destaque para comércio, serviços e construção civil. A retomada da geração de emprego deve ser lenta e gradual, e dependerá ainda de uma recuperação mais efetiva da atividade econômica.

### **III – Descrição das variações de projeção de Receita:**

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receita Estadual, que são comentadas item a item em seguida, ressaltando as peculiaridades de cada uma delas e o montante realizado até julho evidenciado na Tabela 3:



Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2016 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

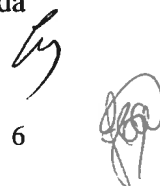
Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		REVISÃO 1.4 X REVISÃO 1.3	
		Revisão 1.3 (F)	Revisão 1.4 (G)	(G - F)	Δ% (G/F-1)
IRRF	100	3.090	3.090	-	
IPVA	100	2.875	2.840	- 35	-1,2%
ITD	100	1.142	1.338	196	17,2%
FECF	122	4.371	4.072	- 299	-6,8%
ICMS	100	33.217	31.996	- 1.222	-3,7%
TAXAS +TUAT	132	20	20	-	
Receita Financeira		247	146	- 101	-40,8%
FPE	107	1.281	1.281	-	
IPI	107	864	864	-	
Lei Kandir	107	86	86	-	
CIDE	126	102	102	-	
Salário Educação	105	428	428	- 0	0,0%
Demais Transf. União	101	60	60	-	
Multas e Juros		546	566	20	3,7%
TACTs			95		
Dívida Ativa		328	328	-	
TACTs			101		
Dep. Judiciais tributários	190	-	-	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		97	97	-	
Restituições e Indenizações		235	235	-	
Demais Receitas	101	402	352	- 50	-12,4%
Folha		300	250	- 50	
Outros		75	121	46	61,7%
Dividendos CEDAE			50	50	
Receita Intra - Demais Receitas	101	-	-	-	
AUXÍLIO FINANCEIRO 734/2016	192	2.900	2.900	-	
<b>Subtotal 1</b>		<b>52.367</b>	<b>50.922</b>	<b>- 1.445</b>	<b>-2,8%</b>
Alienação de Bens	133	2.000	-	- 2.000	-100,0%
Depósitos judiciais	191	673	-	- 673	-100,0%
Operações de Crédito	111	2.782	2.782	-	
Receita Financeira	111	200	200	-	
<b>Subtotal 2</b>		<b>5.655</b>	<b>2.982</b>	<b>- 2.673</b>	<b>-47,3%</b>
Royalties & FEP		3.103	3.483	380	12,2%
	104	1.500	1.559	60	4,0%
	231	1.604	1.924	320	20,0%
<b>TOTAL GERAL (1+2+Royalties)</b>		<b>61.125</b>	<b>57.386</b>	<b>- 3.738</b>	<b>-6,1%</b>

\*Receita Bruta (com FUNDEB)

1. **ICMS** – Reestimado a menor em R\$ 1,2 bilhão em comparação à 3ª Revisão. A persistente deterioração da atividade econômica continua impondo uma forte redução nas expectativas de arrecadação do ICMS para 2016. Apesar da recuperação do nível de confiança por parte dos agentes econômicos, os indicadores como: inflação, PIB e o aumento do desemprego têm produzido reduções nas projeções de crescimento econômico para este ano. Diante destas expectativas, a receita de ICMS foi revista para R\$ 32,0 bilhões, em alinhamento com o realizado no período de janeiro a julho de R\$ 18,408 bilhões, registrando variação nominal negativa de 0,5% em relação ao mesmo período de 2015, ficando evidenciado que a alteração das alíquotas não correspondeu à previsão inicial.

**IPVA** – Alterado em menos R\$ 35 milhões em relação à 3ª revisão, uma vez que, cumprido o calendário de emplacamento, a série histórica indica considerável redução na arrecadação a partir do 2º semestre, média histórica de 13% de representatividade no ano. Acrescente-se que o mês de julho registrou redução de 12,6% em relação a igual período de 2015, cenário que está se repetindo em agosto com registro ainda provisório, de - 4,1%. Portanto, a reestimativa está em linha com ajustamento das expectativas. Não obstante, a redução das vendas de veículos decorrente do arrefecimento da atividade econômica, a nova redação dada pela Lei 7.068/2015 impôs revisão das alíquotas do referido imposto, bem como redução no desconto para pagamentos realizados à vista, o que contribui para que este fosse revisto para R\$ 2,8 bilhões.

2. **ITD** – Nesta Nota a previsão desse imposto para 2016 está sendo reestimada em R\$ 1,3 bilhão, uma diferença de mais R\$ 196 milhões em relação à 3ª revisão, justificada pelo recolhimento atípico de R\$ 322 milhões no mês de julho; no acumulado a arrecadação atingiu R\$ 911 milhões, + 116% em relação a igual período de 2015; no entanto desconsiderado o recolhimento atípico, os valores realizados a cada mês estão em linha com a sua série histórica. Somado a isso, a modernização do Sistema de Fiscalização e a efetivação das revisões das alíquotas contribuem para o aumento da arrecadação do tributo, apesar da



expectativa para este ano de ajustes na economia e de uma esperada redução no ritmo de valorização dos imóveis.

3. **FECF** – Reestimado em R\$ 4,1 bilhões, menos R\$ 299 milhões frente à 3ª revisão. O otimismo da alteração de alíquotas, mais R\$ 1,6 bilhão quando do encaminhamento do PL ao Legislativo não se confirmou no patamar esperado. Até julho a arrecadação atingiu R\$ 2,242 bilhões, +28,6% em relação a 2015, Por isso, na esteira da retração da atividade econômica, apesar do acréscimo de receita decorrente da alteração de alíquota com efeito a partir de abril, aplicada a noventena, o Modelo indica a redução do valor estimado, mantendo, no entanto, o mesmo patamar registrado a partir de abril. Em que pese o reflexo da queda de arrecadação em alguns setores do ICMS ( sem acessórios) , com destaque para importação, energia e telecomunicações.

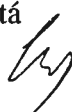
#### 4. **Receitas não recorrentes:**

**4.1 Demais receitas** – Alterado em menos R\$ 50 milhões para se ajustar à ao valor pactuado na renovação por um ano do contrato da folha de pagamento do ERJ, junto ao Bradesco - R\$ 250 milhões.

**4.2 Outros** – Estimativa aumentada em R\$ 50 milhões em virtude do recebimento deste valor referente a dividendos da CEDAE.

5. **Alienação de Bens** – A receita de Alienação de bens foi zerada, pois a expectativa de realização de R\$ 2 bilhões relativa à Securitização da Dívida Ativa ainda permanece sem parecer favorável do TCU, embora encontre-se em tramitação no Congresso Nacional Projeto de Lei sobre a matéria.

6. **Depósitos Judiciais** – A receita de depósitos judiciais foi retirada da previsão anual porque, segundo informações da SUBFIN, unidade administrativa da SEFAZ responsável pelo acompanhamento das contas de depósitos judiciais e sua compatibilidade com os contratos firmados em 2013 e 2015, neste exercício de 2016 não haverá possibilidade de saque nas citadas contas, pois o Fundo está



consequência da permissão de saque pelos Municípios, nos termos da Lei 151 de 2015.

7. **Royalties** – estimativa aumentada em R\$ 380 milhões em relação à 3ª Revisão. A Receita de Participações Governamentais foi reajustada com base no comportamento positivo de suas variáveis nos últimos meses. O preço do barril de petróleo tipo Brent apresentou ligeira melhora no mercado internacional, tendo reflexo positivo na Receita de Royalties, apesar da queda apresentada pelo dólar no mesmo período. Utilizamos como referência para 2016 o preço médio do Brent a US\$ 40,00 e R\$/US\$ 3,50 o câmbio, atualizando os parâmetros que, até então, eram de US\$ 30,00 para o Brent e R\$/US\$ 4,00 para o câmbio. Sendo assim, a estimativa anual foi revista para R\$ 3,5 bilhões.

**Tabela 2**

<b>ROYALTIES</b>		<b>1.3 Revisão (D)</b>	<b>1.4 Revisão (D)</b>
		<b>3.103.015.294</b>	<b>3.483.088.163</b>
	Tranferências aos Municípios	232.995.598	264.877.086
Fonte 104	PASEP	28.700.197	32.182.111
	FECAM	200.832.441	225.205.837
	Indenização a União	1.036.981.843	1.036.981.843
Fonte 231	RIOPREVIDÊNCIA*	1.603.505.215	1.923.841.286

\* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.






Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2016 - Por Fonte de Recursos

Receita**	FR	REVISÃO 1.3 (C)	REVISÃO 1.4 (D)	R\$ Milhões	
				REVISÃO 1.4 X REVISÃO 1.3	
				(D - C)	Δ% (D/C -1)
IRRF	100	3.090	3.090		
IPVA	100	2.875	2.840	(35)	-1,2%
ITD	100	1.142	1.338	196	17,2%
ICMS	100	33.217	31.996	(1.222)	-3,7%
Multas e Juros	100	529	549	20	3,8%
Dívida Ativa	100	310	310		
Receita Financeira	100	0	0		
Restituições	100	37	37		
Outros	100	-	-		
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>41.202</b>	<b>40.161</b>	<b>(1.041)</b>	<b>-2,5%</b>
Receita Financeira	101	228	128	(100)	-43,8%
Demais Transf. União	101	60	60		
Multas e Juros	101	2	2		
Indenizações e Restituições	101	198	198		
Dívida Ativa	101	10	10		
Demais Receitas	101	402	352	(50)	-12,4%
Ressarcimento de Pessoal Cedido	101	3	3		
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	101	-	-		
Outros	101	58	108	50	85,5%
<b>TOTAL¹</b>	<b>101</b>	<b>961</b>	<b>861</b>	<b>(100)</b>	<b>-10,4%</b>
Royalties	104	1.500	1.559	60	4,0%
Outras	104	0	0		
Royalties	231	1.604	1.924	320	20,0%
<b>TOTAL</b>		<b>3.103</b>	<b>3.483</b>	<b>380</b>	<b>12,2%</b>
Salário Educação	105	428	428		
Outros	105	16	15	(1)	-6,8%
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>443</b>	<b>442</b>	<b>(1)</b>	<b>-0,2%</b>
FPE	107	1.281	1.281		
Receita Financeira	107	-	-		
IPÍ	107	864	864		
Lei Kandir	107	86	86		
Outros	107	0	0		
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>2.231</b>	<b>2.231</b>		
Ressarcimento de Pessoal Cedido	120	94	94		
Outros	120	-	-		
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>94</b>	<b>94</b>		
FECP	122	4.371	4.072	(299)	-6,8%
Multas e Juros	122	13	13		
Dívida Ativa	122	7	7		
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>4.392</b>	<b>4.093</b>	<b>(299)</b>	<b>-6,8%</b>
Outros	126	2	2		
CIDE	126	102	102		
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>103</b>	<b>103</b>		
Taxas	132	29	29		
Multas e Juros	132	1	1		
Dívida Ativa	132	1	1		
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>30</b>	<b>30</b>		
Alienações	133	2.000	-	(2.000)	-100,0%
Dep. Judiciais tributários	190	-	-		
Outros	190	2	2		
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>2</b>	<b>2</b>		
Lei 147 - 151	191	673	-	(673)	-100,0%
Outros	191	-	-		
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>673</b>	<b>-</b>	<b>673</b>	<b>1</b>
Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016	192	2.900	2.900		
Outros	195	5	1	(4)	-78,0%
Outros*	195	3	3		
Outros	111	200	200		0,0%
Restituições	111	-	-		
Operações de Crédito*	111	2.782	2.782		
<b>Total Fontes de Recursos do Tesouro</b>		<b>61.125</b>	<b>57.386</b>	<b>(3.738)</b>	<b>-6,1%</b>

\* Receitas de Capital

\*\*Receita Bruta (com FUNDEB)

#### IV – Cronograma de entrada de receitas<sup>1</sup>.

A reavaliação das Receitas do Estado altera o cronograma anteriormente estimado. O quadro abaixo demonstra o novo cronograma, ajustando o fluxo de entrada das Receitas à nova previsão para o ano.

**Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos**

ORIGEM DA RECEITA	FR	REALIZADO			A REALIZAR			TOTAL	Em mil R\$
		1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE		
11 RECEITA TRIBUTÁRIA	100	7.214.002	6.660.859	5.806.101	6.896.367	6.156.407	6.530.233	39.263.969	
	122	559.392	593.199	727.385	710.238	731.207	750.551	4.071.973	
	132	3.698	5.220	3.690	5.169	5.760	5.760	29.298	
13 RECEITA PATRIMONIAL	100	-	-	-	8	17	17	42	
	101	26.359	15.157	29.974	69.994	41.230	41.230	223.943	
	104	868.796	112.740	299.142	70.036	116.275	92.558	1.559.547	
	105	1.066	2.342	2.461	2.836	2.937	2.937	14.579	
	126	202	298	230	273	275	275	1.553	
	195	-	-	-	200	400	400	1.000	
	231	-	141.282	274.479	675.682	202.394	630.005	1.923.841	
16 RECEITA DE SERVIÇOS	101	1	1.080	84	2.168	4.275	4.275	11.883	
	195	-	-	-	2	4	4	10	
17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	101	-	19.929	39.858	0	0	0	59.787	
	107	391.524	309.997	354.820	346.170	414.268	414.268	2.231.047	
	105	3	3	222.385	66.336	69.410	69.410	427.547	
	126	16.103	20.517	-	24.912	40.361	-	101.893	
	192	-	-	-	2.900.000	-	-	2.900.000	
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	314.578	160.206	139.156	103.509	89.887	89.887	897.223	
	101	9.800	22.988	22.738	70.854	63.694	228.838	418.911	
	120	-	145	233	3.640	6.515	6.515	17.049	
	122	5.038	4.896	3.228	3.091	2.299	2.299	20.851	
	132	176	223	163	230	184	184	1.160	
	191	-	-	-	-	-	-	-	
21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	111	48.266	838.734	54.427	383.384	728.371	728.371	2.781.552	
22 ALIENAÇÃO DE BENS	133	-	-	-	-	-	-	-	
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	195	-	-	-	510	1.020	1.020	2.551	
79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	101	-	33	20	29.174	58.347	58.347	145.920	
	120	-	-	-	15.406	30.813	30.813	77.032	
<b>Total Fontes de Recursos do Tesouro</b>		<b>9.488.252</b>	<b>8.952.060</b>	<b>7.997.861</b>	<b>12.408.455</b>	<b>8.808.925</b>	<b>9.730.771</b>	<b>57.386.323</b>	

\* Apenas UGE 999900.

\*\* Valores já realizados

<sup>1</sup> Receita Bruta (Com FUNDEB e Transferências aos Municípios)

## VIII – Conclusão:


A Nota aqui apresentada avaliou a Receita do Tesouro com base nas perspectivas econômicas, nos resultados de estudos realizados em Modelos econométricos consagrados associados às alterações de indicadores econômicos e no acompanhamento da Receita realizada no período de janeiro a julho.

Em que pese o Auxílio Financeiro concedido pela União, que minimizou pequena parcela do déficit estimado para o exercício, as incertezas do cenário econômico, aliada à frustração da Receita Tributária e de Alienação de Bens, afetam diretamente equilíbrio orçamentário e financeiro do ERJ, recomendando-se a continuidade da adoção do princípio da prudência. A frustração de Receita do Tesouro estimada nesta Nota é de R\$3,7 bilhões em comparação com a 3ª Revisão de Receita.

Nesse contexto de diferenciadas expectativas de arrecadação que vimos vivenciando desde 2014, outras revisões poderão indicar novos procedimentos nos próximos quatro meses, caso os indicadores econômicos acenem novas perspectivas.



**Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura**  
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal



**Josélia Castro de Albuquerque**  
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,



**Gustavo de Oliveira Barbosa**  
Secretário de Estado de Fazenda